



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7122/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

O AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria nº 0003, de 06 de janeiro de 2026, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR GLOBAL**, no modo de disputa **“ABERTO”** para *“A presente Contratação de solução continuada destinada à disponibilização, mediante cessão de uso, de equipamentos de informática voltados ao atendimento das atividades administrativas e operacionais da AMAE-CM, devidamente entregues, instalados e configurados. A solução abrange a responsabilidade integral pela operacionalidade dos equipamentos durante a vigência da contratação, incluindo suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, garantia de pleno funcionamento e substituição imediata dos equipamentos em caso de falhas. Compreende, ainda, quando aplicável, o fornecimento, a reposição e a adequada gestão dos insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos disponibilizados”*, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Termo de Referência.

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

II – DO OBJETO

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

IV – DO CREDENCIAMENTO

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

IX – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

X – DA HABILITAÇÃO

XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

XII – DOS RECURSOS

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

XIV – DO PAGAMENTO



XV – DAS PENALIDADES

XVI – DA CONTRATAÇÃO

XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

XVIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO;

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 – AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E
ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU**

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.1 A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

1.2 No dia **19/05/2026, às 10:00 horas**, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Licitanet - sítio <https://www.licitanet.com.br>.

1.3 Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

II – DO OBJETO

2.1 Esta licitação tem por objeto o *“A presente Contratação de solução continuada destinada à disponibilização, mediante cessão de uso, de equipamentos de informática voltados ao atendimento das atividades administrativas e operacionais da AMAE-CM, devidamente entregues, instalados e configurados. A solução abrange a responsabilidade integral pela operacionalidade dos equipamentos durante a vigência da contratação, incluindo suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, garantia de pleno funcionamento e substituição imediata dos equipamentos em caso de falhas. Compreende, ainda, quando aplicável, o fornecimento, a reposição e a adequada gestão dos insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos disponibilizados”*, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Termo de Referência.

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no licitanet.com.br e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico licitacoespmcm@gmail.com

3.2 As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade

3.3 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

3.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, por meio do link Processos>Cachoeiras de



Macacu>Pregão> Impugnar, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas, cujas respostas vincularão tanto os participantes quanto a administração.
3.6 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

IV – DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br>.

4.2 O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

5.1 Poderão participar deste pregão eletrônico empresas que:

5.1.1 Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

5.1.2 Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br>

5.1.3 Manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.1.4 Na ocasião de participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.5 Para o enquadramento das ME/EPP, a licitante, no ato de envio de sua proposta e da documentação de habilitação, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei.

5.1.5.1 A licitante deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que não detém, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões, oitocentos mil reais), nos termos do § 2º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.



5.1.6 A falsidade nas declarações de que tratam os itens 5.1.4 e 5.1.5.1, ou qualquer outra firmada durante o certame, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.2 Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

5.2.1 Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

5.2.2 Suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, nos termos do art.156, III, da Lei nº 14.133/2021;

5.2.2.1 A suspensão prevista no item acima, aplica-se apenas no âmbito do Município de Cachoeiras de Macacu/RJ.

5.2.3 Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

5.2.4 Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.4.1 Para aplicação do item anterior, será realizada a Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, momento em que o pregoeiro diligenciará a licitante para verificar a possibilidade de fraude à licitação, mediante a checagem dos vínculos societários da empresa, linhas de fornecimentos similares, dentre outras formas admitidas, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.2.5 Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8 OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).

5.2.9 Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

5.2.10 Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência.



5.2.11 Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.

5.2.12 Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.2.12.1 A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

5.2.12.2 A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no item 5.2.12.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.

5.2.12.3 A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 5.2.12.1 e 5.2.12.2.

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

6.1 Após a divulgação deste edital no sítio www.licitanet.com.br as licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e do preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, se encerrará a fase de recebimento de propostas.

6.2 No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

6.3 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

6.4 Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no Termo de Referência.

6.5 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias a contar da apresentação da proposta final (planilha readequada).

6.6 Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.7 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8 Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

6.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

6.10 Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com preços acima do orçamento estimado para a contratação.

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico dará início, automaticamente, à sessão pública na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no



prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

7.2 A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada pelo sistema.

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

8.1 No horário fixado para a abertura da sessão pública, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, o sistema informará às licitantes do recebimento do lance e o valor consignado no registro.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

8.2.1 A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 20,00 (vinte reais)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.2.1.1 Observada a condição do item anterior, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.2.1.2 O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.2.1.3 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4 No transcurso da sessão pública, o sistema prestará informação às licitantes, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

8.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

8.6 A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa, a qual será composta por uma etapa aberta.

8.7 Nesse modo de disputa, a etapa aberta de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

8.8 Encerrado o prazo disposto no item 8.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.9 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente.

8.10 Do desempate:

8.10.1 Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for



igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 8.10.1;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;
- d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação;
- e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, bem como das condições indicadas nos itens 5.1.5 e 5.1.6 deste edital;

8.11 Não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, situação em que o pregoeiro abrirá nova disputa ou indicará prazo para envio de documentação comprobatória.

8.12 Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

8.13 Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.14 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação às empresas participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br>

IX – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 Apurada a melhor oferta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, para avaliar a sua aceitação quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento,



não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

9.3 Havendo negociação ou não, a licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados à negociação.

9.3.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

9.4 A apresentação das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, no mesmo prazo do item 9.3.

9.5 Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

9.6 O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste edital.

9.7 No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

9.8 Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos ou conforme o prazo determinado durante a sessão.

X – DA HABILITAÇÃO

10.1 Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.

10.1.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.



10.2 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.2.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.2.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.3 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

10.4 A documentação de habilitação deverá conter:

Habilitação jurídica

- a) cédula de identidade;
- b) registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Regularidade fiscal, social e trabalhista

- f) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- g) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 103, de 20 de dezembro de 2021, que alterou a Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 2/10/2014;
- i) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;



10.5 Qualificação econômico-financeira:

10.5.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.5.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei (inclusive o Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.5.2.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.5.2.2. Será admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

10.5.2.3. As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei nº 6.404 de 15/12/76 e alterações);

10.5.3. As demonstrações contábeis e o balanço patrimonial deverão estar acompanhados do Termos de Abertura e Encerramento dos Livros Diários dos exercícios apresentados, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.

10.5.4. Comprovação da boa situação financeira dos 02 (dois) últimos exercícios da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



Ativo Circulante

LC = _____

Passivo Circulante

10.5.5. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável à Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

10.5.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação (capital mínimo) OU (patrimônio líquido mínimo) de 9% (até 10%) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

10.5.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

10.6 Declarações exigidas:

- a) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- b) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.333/2021;
- d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação;

10.6.1 As declarações elencadas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” deverão ser formalizadas em campo próprio no sistema <https://www.licitanet.com.br>.

10.7 Qualificação técnica:

10.7.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.7.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da



contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.7.3. Alvará Sanitário ou licença equivalente emitido por autoridade competente.

10.8 O descumprimento das exigências contidas na habilitação determinará a inabilitação da licitante.

10.9 As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

10.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1.1 O prazo de que trata o subitem 10.10.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

10.9.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 10.9.1 e 10.9.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

10.10 Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.

10.11 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

10.12 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.12.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.13, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

10.12.2 O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

10.13 Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

10.14 A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.15 Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.



10.16 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 10.12.

10.17 Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inabilitação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

10.18 A documentação física, caso solicitada, deverá ser encaminhada em cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua: Oswaldo Aranha, nº 06, Centro, CEP: 28681-335, Cachoeiras de Macacu/RJ. Aos cuidados do pregoeiro responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

11.1 A licitante vencedora deverá enviar a proposta definitiva de preço, por meio do link “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula XV (Das Penalidades) deste edital.

11.2 Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

11.3 A proposta de preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

11.3.1 Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

11.3.2 O endereço e o CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

11.3.3 A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto licitado.

11.3.4 Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.

XII – DOS RECURSOS

12.1 A intenção de recurso ocorrerá em dois momentos, sendo:

- a)** de forma imediata após o término do julgamento das propostas, consoante disposto na cláusula IX deste edital;
- b)** de forma imediata após a declaração de habilitação e/ou inabilitação, consoante disposto na cláusula X desse edital.

12.2 Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico, conforme indicado nas alíneas “a” e “b” do item 12.1.



12.3 A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.

12.4 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata (pelo sistema) dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente desta licitação está estimada no valor total de **R\$ 166.440,00** (Cento e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais) conforme estimado em pesquisa do Departamento de Compras Governamentais.

13.1.1 Natureza de Despesa:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30.000	30.033	3.3.90.39.00.00.00.00	1.759.0000	Recursos vinculados a Fundos

13.2 Em razão das limitações sistêmicas do www.licitanet.com.br, ao cadastrar sua proposta neste, a licitante deve prever o valor integral para 1 (um) ano e o quantitativo para esse período. No envio da proposta ajustada, deverá contemplar os quantitativos, os valores unitários e totais para o período de 1 (um) ano, que corresponde à vigência da contratação.

XIV – DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo definido no contrato, após o atesto firmado por funcionários da nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

14.1.1 As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e devidamente protocoladas no setor próprio da AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU - AMAE-CM.

XV – DAS PENALIDADES

15.1 A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:



15.1.1) multa compensatória:

- a) 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Cláusula X;
- b) 15%, calculada sobre o valor homologado, em caso da não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do §3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.
- c) 15% calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.

15.1.2 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, pelo período de 4 (quatro) meses;
- c) não assinar a ata ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;
- d) fazer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

15.1.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

15.1.4 As multas previstas no item 15.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos itens 15.1.2 e 15.1.3 deste capítulo.

15.2 É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa, se houver;



c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.

15.3 A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.4 A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do **AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU** decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

15.5 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.6 Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

15.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.7.1 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

15.8 As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta do contrato, anexo a este edital.

XVI – DA CONTRATAÇÃO

16.1 Homologada a licitação, a **AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU**, poderá convocar a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta, para a devida assinatura do instrumento contratual que se dará em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/21.

16.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.2 É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo ou retirá-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.



16.3 Caso nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação,
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.4.1 A regra do item 16.4 não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma do item 16.2.

16.5 Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou retirada da Nota de Empenho, verificar-se-á, por meio do SICAF ou de outros meios, se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

16.6 A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU poderá requerer, no momento da assinatura do contrato, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização do instrumento contratual.

16.7 A critério da AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU, a assinatura do contrato poderá ocorrer de forma manual.

XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Fica vedada a subcontratação no fornecimento objeto do presente, na forma do artigo 122, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

XVIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

19.2 Assegura-se a este Município o direito de:

19.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.2.2 Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério,



suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

19.2.2.1 A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

19.2.3 Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

19.2.4 Adiar a data da sessão pública.

19.3 O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

19.4 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

19.5 O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

19.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

19.7 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.8 Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres.

19.9 O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, nos endereços eletrônicos

www.pncp.gov.br;

https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCw3tEQSz63QIK2HkQw==*/consulta/31197.

<https://www.licitanet.com.br>

Cachoeiras de Macacu/RJ, 29 de Abril de 2026.

Fábio Marinelli Pontes
Presidente da AMAE-CM



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7122/2025

ÓRGÃO REQUISITANTE: AMAE

1. DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso I)

1.1 – A presente Contratação de solução continuada destinada à disponibilização, mediante cessão de uso, de equipamentos de informática voltados ao atendimento das atividades administrativas e operacionais da AMAE-CM, devidamente entregues, instalados e configurados. A solução abrange a responsabilidade integral pela operacionalidade dos equipamentos durante a vigência da contratação, incluindo suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, garantia de pleno funcionamento e substituição imediata dos equipamentos em caso de falhas. Compreende, ainda, quando aplicável, o fornecimento, a reposição e a adequada gestão dos insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos disponibilizados

1.2 – Especificação do Objeto:

1.2.1 – A solução abrange a disponibilização de equipamentos novos, de padrão corporativo, com desempenho compatível às demandas de processamento e impressão dos setores da Autarquia, devendo atender integralmente às normas técnicas e padrões de qualidade exigidos para ambientes institucionais

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	<p>Computador: * Processador</p> <p>Processador de arquitetura x86-64, com no mínimo 6 (seis) núcleos físicos e 12 (doze) threads, com frequência base mínima equivalente a 3,5 GHz ou superior, dotado de controlador gráfico integrado ao próprio processador, compatível com padrão PCI Express 4.0 ou superior, acompanhado de sistema de refrigeração original ou homologado pelo fabricante, plenamente compatível com o processador ofertado.</p> <p>* Placa-mãe: compatível com processadores de arquitetura x86-64, com soquete e chipset adequados ao processador ofertado, suporte a PCI Express 4.0 ou superior, suporte a memória DDR4 ou superior, contendo no mínimo 2 (dois) slots de memória, com capacidade mínima suportada de 64 GB. Deverá possuir, ainda:</p> <ul style="list-style-type: none">– controladora gráfica integrada ao processador, com saídas de vídeo compatíveis (mínimo HDMI ou DisplayPort);– no mínimo 1 (um) slot M.2 NVMe;– no mínimo 4 (quatro) portas SATA III;– controladora de rede Ethernet 10/100/1000 Mbps;	20



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
	<p>– interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada; – áudio integrado; – portas USB padrão 3.2 ou superior; – compatibilidade com sistemas operacionais atuais de 64 bits.</p> <p>* Memória RAM Memória do tipo DDR4 ou superior, com capacidade mínima de 16 GB, operando em dual channel, distribuída em 2 (dois) módulos idênticos de 8 GB, com frequência mínima de 3200 MHz, compatível com a placa-mãe e o processador ofertados, permitindo expansão futura.</p> <p>* Armazenamento (memória secundária) Unidade de armazenamento do tipo SSD, com capacidade mínima de 960 GB, padrão M.2, interface PCIe NVMe, compatível com a placa-mãe ofertada, destinada à instalação do sistema operacional, aplicativos e armazenamento de dados, com desempenho superior às unidades baseadas em interface SATA.</p> <p>* Gabinete Gabinete compatível com o formato da placa-mãe ofertada, construído em material resistente, com fluxo de ar adequado, contendo no mínimo 2 (duas) ventoinhas instaladas de fábrica, espaço para futuras expansões e conexões frontais que incluam, no mínimo, 1 (uma) porta USB 3.0 ou superior, botão liga/desliga e indicadores luminosos de funcionamento.</p> <p>* Fonte de alimentação Fonte de alimentação compatível com o conjunto ofertado, com potência real mínima de 500 W, padrão ATX, com tensão de entrada bivolt automático (100–240 V), eficiência energética mínima certificada 80 Plus Bronze ou superior, dotada de proteções elétricas contra sobrecarga, sobretensão e curto-circuito, com conectores compatíveis com a placa-mãe, processador e demais componentes, acompanhada de todos os cabos necessários ao pleno funcionamento do sistema.</p> <p>Monitor: Monitor de vídeo LED, com tela plana, tamanho mínimo de 23 polegadas, painel IPS (In-Plane Switching), resolução nativa Full HD (1920 x 1080 pixels), proporção 16:9, taxa de atualização mínima de 60 Hz, ângulo de visão mínimo de 178° horizontal e vertical, brilho mínimo de 250 cd/m², contraste estático mínimo de 1000:1, suporte a 16,7 milhões de cores, interfaces de vídeo HDMI e/ou DisplayPort, compatível com sistemas operacionais atuais, acompanhando cabos necessários para pleno funcionamento</p>	
2	<p>Notebook: O notebook portátil a ser disponibilizado no âmbito da solução deverá possuir configuração compatível com uso administrativo e institucional, servindo como padrão mínimo de referência equipamento com desempenho equivalente ou superior, atendendo às seguintes especificações técnicas:</p> <p>Equipamento portátil do tipo notebook, com processador de arquitetura x86, de geração recente, dotado de no mínimo 8 (oito) núcleos e 12 (doze) threads, com frequência turbo superior a 4,0 GHz. Deverá possuir memória RAM mínima de 8 GB, padrão DDR4 ou superior, permitindo expansão conforme o modelo ofertado, bem como unidade de armazenamento em estado sólido (SSD), com capacidade mínima de 512 GB, utilizando tecnologia NVMe ou equivalente.</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido com sistema operacional Windows, devidamente instalado e licenciado. A tela deverá possuir dimensão mínima de</p>	01



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
	<p>15 (quinze) polegadas, com resolução Full HD (1920 × 1080) ou superior, com acabamento antirreflexo. O controlador gráfico deverá ser integrado ao processador, não sendo exigida placa de vídeo dedicada.</p> <p>Deverá contar com conectividade sem fio compatível com padrões atuais de rede entrada para cabo de rede, Bluetooth integrado, conjunto mínimo de interfaces contendo portas USB, saída de vídeo digital e conector de áudio, além de webcam integrada, microfone e alto-falantes. O notebook deverá possuir bateria integrada e peso compatível com equipamentos da categoria, adequados à mobilidade e ao uso contínuo nas atividades institucionais.</p>	
3	<p>Impressoras monocromáticas:</p> <p>As impressoras multifuncionais monocromáticas a serem disponibilizadas em regime de locação deverão atender às necessidades operacionais da AMAE-CM, servindo como padrão de referência equipamentos com desempenho, capacidade e funcionalidades equivalentes ou superiores ao modelo HP LaserJet Managed MFP E62655, admitindo-se equipamentos de qualquer fabricante que atendam integralmente às especificações mínimas abaixo.</p> <p>* Funções Equipamento multifuncional monocromático, com funções integradas de impressão, cópia, digitalização e envio de documentos, destinado a ambientes administrativos com médio e alto volume de trabalho.</p> <p>* Tecnologia de impressão Tecnologia laser monocromática, adequada para uso corporativo contínuo.</p> <p>* Desempenho e velocidade Velocidade mínima de impressão de 55 páginas por minuto (ppm) em formato A4 ou superior, garantindo agilidade nas rotinas administrativas e operacionais.</p> <p>* Resolução Resolução mínima de impressão de 1200 x 1200 dpi, assegurando qualidade adequada para documentos oficiais, relatórios técnicos e materiais administrativos.</p> <p>* Capacidade de papel Capacidade mínima de entrada de papel de 550 folhas, admitindo expansão por meio de bandejas adicionais, compatível com papel A4 e outros formatos usuais da Administração Pública.</p> <p>* Ciclo mensal de trabalho Ciclo mensal de trabalho compatível com uso corporativo intensivo, suportando volumes elevados de impressão, sem comprometimento do desempenho ou da vida útil do equipamento.</p> <p>* Digitalização Scanner integrado com alimentador automático de documentos (ADF), com capacidade mínima compatível com digitalização contínua de múltiplas páginas, possibilitando digitalização frente e verso (duplex), com envio para pastas de rede, e-mail ou dispositivos compatíveis.</p>	03



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
	<p>* Impressão e cópia frente e verso (duplex) Função de impressão e cópia automática em frente e verso (duplex) integrada, visando economia de papel e maior eficiência operacional.</p> <p>* Conectividade Interfaces de conexão compatíveis com ambiente corporativo, incluindo no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">– rede Ethernet 10/100/1000 Mbps;– portas USB compatíveis;– compatibilidade com protocolos de rede utilizados em ambientes administrativos. <p>* Painel de controle Painel de controle integrado, preferencialmente com tela sensível ao toque, que permita operação intuitiva das funções de impressão, cópia e digitalização.</p> <p>* Compatibilidade de sistemas Compatibilidade com sistemas operacionais atuais utilizados pela Administração Pública, incluindo ambientes Windows e outros sistemas de 64 bits, com fornecimento de drivers e suporte técnico adequados.</p> <p>* Suprimentos Utilização de toner de alto rendimento, compatível com o volume de impressão mensal estimado, com fornecimento, reposição e logística de descarte sob responsabilidade da contratada, conforme condições da locação.</p> <p>* Condições gerais de fornecimento As impressoras deverão ser entregues instaladas, configuradas e em pleno funcionamento, incluindo todos os cabos, acessórios e insumos necessários, ficando sob responsabilidade da contratada a manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, reposição de suprimentos e substituição imediata do equipamento em caso de falhas que comprometam seu funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a AMAE-CM, que ficará a cargo do apenas do fornecimento das folhas para impressão.</p>	
4	<p>Impressoras Coloridas:</p> <p>As impressoras multifuncionais coloridas a serem disponibilizadas no âmbito da solução proposta deverão apresentar desempenho, capacidade e funcionalidades compatíveis com equipamentos do padrão Epson EcoTank L6270 ou equivalente, admitindo-se equipamentos de qualquer fabricante que atendam, no mínimo, às especificações técnicas abaixo, sem prejuízo da competitividade do certame.</p> <p>*Funções: Equipamento multifuncional colorido, com funções integradas de impressão, cópia e digitalização, destinado a atender às demandas administrativas e operacionais da AMAE-CM.</p> <p>* Tecnologia de impressão Tecnologia de impressão jato de tinta colorida, com sistema de tanque de tinta recarregável (EcoTank ou tecnologia equivalente), visando redução do custo por página e maior eficiência no uso de insumos.</p> <p>* Desempenho Velocidade de impressão compatível com uso administrativo, com</p>	01



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
	<p>desempenho mínimo equivalente a aproximadamente 30 páginas por minuto em preto e 20 páginas por minuto em cores, conforme padrão ISO ou equivalente.</p> <p>* Qualidade de impressão Resolução mínima de impressão de 4.800 x 1.200 dpi, garantindo qualidade adequada para documentos administrativos, relatórios, formulários e materiais gráficos simples.</p> <p>* Capacidade de papel Capacidade mínima de entrada de papel de 250 folhas, compatível com os principais formatos utilizados pela Administração Pública, incluindo A4 e similares.</p> <p>* Impressão frente e verso (duplex) Função de impressão automática em frente e verso (duplex) integrada ao equipamento, contribuindo para economia de papel e sustentabilidade ambiental.</p> <p>* Digitalização Scanner integrado com resolução mínima de 1.200 x 2.400 dpi, permitindo digitalização de documentos em formatos PDF e imagem, compatível com uso em rede.</p> <p>* Conectividade Interfaces de conexão compatíveis com ambiente corporativo, incluindo, no mínimo: – rede Ethernet; – rede sem fio (Wi-Fi); – conexão USB.</p> <p>* Compatibilidade de sistemas Compatibilidade com sistemas operacionais atuais utilizados pela Administração Pública, com fornecimento de drivers e suporte técnico adequados.</p> <p>* Suprimentos Sistema de abastecimento por tanques de tinta de alto rendimento, devendo a solução permitir reposição simples e segura, com responsabilidade da contratada quanto ao fornecimento, reposição e destinação ambientalmente adequada dos insumos, quando em regime de locação.</p> <p>* Condições gerais de fornecimento Os equipamentos deverão ser entregues instalados, configurados e em perfeito estado de funcionamento, acompanhados de todos os acessórios necessários ao pleno uso, ficando sob responsabilidade da contratada a manutenção preventiva e corretiva, a reposição de insumos, a substituição de peças e, quando necessário, a substituição imediata do equipamento, sem ônus adicional para a AMAE-CM.</p>	

1.3 – Requisitos Gerais da Contratação:



a) **Desempenho** **Mínimo** **Adequado**

Os equipamentos deverão apresentar capacidade de processamento, armazenamento e operação compatíveis com os sistemas utilizados pela autarquia, garantindo execução estável e eficiente das atividades internas.

b) **Disponibilidade** **Operacional** **Contínua**

A solução deve assegurar que computadores e impressoras permaneçam aptos ao uso, com mínima interrupção das rotinas administrativas e operacionais, evitando falhas que comprometam a continuidade do serviço público.

c) **Confiabilidade** **e** **Segurança**

A infraestrutura tecnológica deve possibilitar trabalho seguro, reduzindo riscos de perda de dados, falhas recorrentes e indisponibilidade dos sistemas essenciais.

d) **Compatibilidade** **Tecnológica**

Os equipamentos devem ser plenamente compatíveis com os sistemas já utilizados pela AMAE-CM, evitando restrições de software, drivers ou integração com periféricos e redes internas.

e) **Padronização** **dos** **Equipamentos**

A solução deve permitir que os equipamentos possuam configurações mínimas padronizadas, facilitando manutenção, operação e gestão tecnológica.

f) **Suporte** **Técnico** **Adequado**

É essencial que exista suporte técnico para garantir atendimento a falhas, orientações e reposições quando necessário, dentro de prazos compatíveis com a criticidade das atividades da autarquia.

g) **Custo Global Compatível com a Realidade Orçamentária**

A solução deverá observar o princípio da economicidade, garantindo custos adequados ao orçamento público e evitando gastos excessivos com reparos, substituições ou aquisição de peças.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

2.1 - De acordo com o Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto trata-se de bens e serviços comuns, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso II)

3.1 – A AMAE-CM desenvolve atividades administrativas e operacionais que dependem de infraestrutura tecnológica adequada, notadamente computadores e impressoras, para a execução regular de suas atribuições institucionais. Nesse contexto, identifica-se, de forma preliminar, a possibilidade de insuficiência ou inadequação dos equipamentos atualmente disponíveis, em razão do desgaste natural pelo uso contínuo, da existência de equipamentos obsoletos ou inoperantes, do aumento do quadro de



servidores e da constante evolução tecnológica, fatores que podem impactar a eficiência e a continuidade das atividades institucionais.

3.2 - Todavia, a real necessidade institucional, bem como o correto dimensionamento de equipamentos de informática e impressoras, ainda não se encontra plenamente definida, devendo ser objeto de análise técnica específica. Assim, faz-se necessária a realização de **Estudo Técnico Preliminar**, com a finalidade de identificar e dimensionar adequadamente a demanda da AMAE-CM, avaliar alternativas técnicas e administrativas para seu atendimento, verificar a viabilidade de locação, aquisição ou adoção de outras soluções tecnológicas, bem como estimar custos e impactos orçamentários envolvidos.

3.3 - A presente formalização não implica, por si só, a contratação imediata de bens ou serviços, tendo como objetivo exclusivo o registro da demanda institucional e a autorização para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IV)

4.1 – Após análise técnica, conclui-se que **não é recomendável o parcelamento** da presente contratação, uma vez que o objeto é homogêneo e composto por itens interdependentes necessários para o funcionamento integrado da infraestrutura tecnológica da AMAE-CM.

4.2 – A locação de computadores e impressoras envolve a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva, suporte técnico e substituição integral, elementos que são mais eficientes quando contratados de forma unificada. A fragmentação poderia gerar múltiplos fornecedores, diferentes padrões de atendimento, variação de especificações técnicas e dificuldades de gestão contratual.

4.3 – A contratação em lote único também favorece a **padronização dos equipamentos**, permitindo maior compatibilidade entre máquinas, simplificação dos procedimentos de suporte, maior estabilidade dos sistemas internos e redução de falhas decorrentes de heterogeneidade tecnológica.

4.4 – Do ponto de vista econômico, a contratação consolidada permite **ganhos de escala**, maior competitividade na licitação, redução de custos indiretos e otimização da manutenção, evitando discrepâncias de preços ou duplicidade de atendimento que ocorreriam em caso de parcelamento injustificado.

4.5 – Destaca-se, ainda, que as impressoras e computadores, embora destinados a setores distintos, atendem a uma **única finalidade administrativa**: garantir infraestrutura tecnológica adequada ao funcionamento da autarquia. Assim, o parcelamento poderia caracterizar fracionamento indevido do objeto, vedado pelo ordenamento jurídico quando não há justificativa técnica para tal.



4.6 – Diante disso, a contratação deve ocorrer de forma **unificada**, em um único lote, garantindo coerência técnica, economicidade, eficiência operacional e melhor gestão do contrato.

5. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso V)

5.1 - Não é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VI)

6.1 – A solução proposta contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a disponibilização dos equipamentos até sua retirada e destinação final, incluindo os seguintes aspectos:

6.1.1 – Disponibilização, Entrega e Instalação:

6.1.1.1 – Os equipamentos de informática deverão ser disponibilizados **novos em perfeito estado de funcionamento**, de padrão corporativo, com desempenho adequado e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

6.1.1.2 – Os computadores e impressoras deverão ser **entregues, instalados e configurados** no endereço indicado pela AMAE-CM, em até **30 (trinta) dias corridos** após a assinatura do contrato, observadas as quantidades, especificações técnicas e necessidades de infraestrutura de cada setor.

6.1.1.3 – Em casos devidamente justificados e aceitos pela Administração, o prazo poderá ser prorrogado **uma única vez**, por igual período, sem prejuízo das atividades essenciais da Autarquia.

6.1.2 – Especificações Técnicas dos Equipamentos:

6.1.2.1 – Os equipamentos deverão atender aos padrões de **desempenho, durabilidade, segurança, eficiência energética e compatibilidade** exigidos para uso institucional, conforme demanda dos sistemas e rotinas administrativas da AMAE-CM.

6.1.2.2 – As especificações detalhadas de cada equipamento constam no **Item 1.2 deste Termo de Referência**, incluindo processador, memória, armazenamento, conexões, rendimento de impressão e demais características.

6.1.2.3 – Os equipamentos deverão apresentar clareza quanto às **condições de uso, estado de conservação, recursos técnicos e capacidade funcional**, devendo ser entregues com todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento.



6.1.3 – Utilização e Adequação:

6.1.3.1 – Os equipamentos fornecidos deverão ser plenamente compatíveis com a **infraestrutura tecnológica existente**, considerando redes internas, sistemas operacionais, softwares utilizados e demandas operacionais dos servidores.

6.1.3.2 – A contratada deverá garantir que os equipamentos sejam entregues com **manuals, orientações de uso e informações técnicas**, quando aplicável, assegurando correta utilização pelos usuários.

6.1.4 – Manutenção, Suporte Técnico e Substituição:

6.1.4.1 – Durante todo o período contratual, caberá à contratada realizar **manutenção preventiva e corretiva**, garantindo a plena operação dos equipamentos. Em caso de defeito, a substituição deverá ser **imediate**, sem ônus para a Administração.

6.1.4.2 – A AMAE-CM poderá solicitar intervenção técnica ou substituição sempre que houver mau funcionamento, observados os prazos de atendimento estabelecidos no contrato e no SLA.

6.1.5 – Descarte, Sustentabilidade e Logística Reversa:

6.1.5.1 – Ao final da vida útil do equipamento ou em caso de substituição, a destinação ambientalmente adequada dos itens será de responsabilidade da contratada, atendendo às **boas práticas ambientais** e às disposições legais.

6.1.5.2 – Sempre que possível, o descarte de peças, componentes e insumos (como toners e cartuchos) deverá observar as regras de **logística reversa e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos**, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.1.6 – Rastreabilidade e Controle:

6.1.6.1 – Cada equipamento entregue deverá ser acompanhado de **nota fiscal, relatório de instalação e identificação técnica**, contendo número de série, data de entrega, setor destinatário e demais dados que permitam rastreabilidade e controle pela AMAE-CM.

6.1.7 – Alinhamento Tecnológico:

6.1.7.1 – Os equipamentos disponibilizados deverão ser compatíveis com a **arquitetura tecnológica** da AMAE-CM, assegurando a integração com redes, sistemas, softwares e demais recursos de tecnologia da informação, conforme previsto no art. 14, inciso III, do Decreto Municipal nº 5.045/2024.

6.2 – A implementação da solução visa garantir a continuidade das atividades da AMAE-CM, assegurando desempenho adequado dos equipamentos, conformidade legal, eficiência operacional e melhoria das condições de trabalho, contribuindo



diretamente para a modernização administrativa, a qualidade dos serviços públicos prestados e a prevenção de falhas operacionais.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VII)

7.1 – A execução do objeto ocorrerá mediante **entrega, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico** dos equipamentos de informática locados, de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2 – A contratada deverá realizar a **entrega e instalação completa** dos computadores e impressoras nos setores indicados pela AMAE-CM, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos em ambiente de rede, com todos os drivers, softwares e configurações necessárias.

7.3 – Caberá à contratada disponibilizar **canal oficial de atendimento técnico**, para registro de chamados, solicitação de suporte e comunicação de falhas, observando os prazos máximos de atendimento estabelecidos no contrato.

7.4 – Todos os equipamentos deverão permanecer em perfeito funcionamento durante a vigência contratual, sendo responsabilidade da contratada executar **manutenção preventiva e corretiva**, incluindo ajustes, reparos, substituição de peças e **substituição integral do equipamento** quando necessário, sem quaisquer custos adicionais para a Administração.

7.5 – A contratada deverá manter **estoque mínimo de equipamentos e insumos** para reposição imediata, garantindo a continuidade das atividades administrativas da AMAE-CM, evitando interrupções ou paralisações decorrentes de falhas técnicas.

7.6 – A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelos servidores designados como **Gestor e Fiscais do Contrato**, que registrarão ocorrências, aprovarão atendimentos e verificarão a conformidade dos serviços prestados.

7.7 – A contratada é responsável por observar todos os requisitos de **segurança da informação, compatibilidade tecnológica e adequação às normas internas** da AMAE-CM, especialmente no que diz respeito à instalação de softwares, acesso a redes e manipulação dos equipamentos.

7.8 – Ao final da vigência contratual ou em caso de rescisão, a contratada deverá proceder à **retirada dos equipamentos**, reinstalando os ambientes aos seus estados originais, sem causar danos às instalações físicas ou à infraestrutura tecnológica da Autarquia.

7.9 – O cumprimento integral das atividades previstas na execução do objeto deverá respeitar os princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade e segurança operacional.



8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VIII)

8.1 – Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá garantir o **pleno funcionamento** dos equipamentos locados, sendo responsável pela prestação integral dos serviços de **manutenção preventiva, corretiva e substituição**, sem quaisquer custos adicionais para a AMAE-CM.

8.2 – A **garantia total** dos equipamentos será de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá realizar reparos, ajustes, trocas de peças e substituição completa dos equipamentos sempre que necessário, assegurando desempenho adequado e disponibilidade contínua.

8.3 – A manutenção preventiva deverá ser realizada **periodicamente**, conforme cronograma apresentado pela contratada e aprovado pela AMAE-CM, visando reduzir falhas, promover estabilidade operacional e prolongar a vida útil dos equipamentos locados.

8.4 – A manutenção corretiva deverá ser prestada **imediatamente após solicitação**, observando os prazos máximos estabelecidos no SLA contratual. Nos casos em que o reparo não puder ser realizado no local, a contratada deverá fornecer **equipamento substituto equivalente ou superior**, de forma imediata.

8.5 – As impressoras locadas deverão ter suporte integral, incluindo **suprimentos, peças, toners e componentes internos**, exceto papel, devendo a contratada garantir reposição sempre que necessário para evitar interrupções nos serviços.

8.6 – A contratada deverá disponibilizar **canal oficial de atendimento técnico**, preferencialmente eletrônico e telefônico, para registro de ocorrências, acompanhamento de chamados e comunicação com os fiscais do contrato.

8.7 – Todo atendimento técnico deverá ser documentado, contendo data, horário, identificação do técnico responsável, descrição do problema, eventual troca de peças e solução aplicada, devendo tais registros ser disponibilizados à fiscalização sempre que solicitado.

8.8 – A contratada deverá manter **estoque mínimo de peças, suprimentos e equipamentos reserva**, de modo a garantir reposição imediata em caso de falhas, indisponibilidades ou defeitos que comprometam a execução das atividades da AMAE-CM.

8.9 – Caso constatado que o equipamento apresenta defeitos recorrentes ou desempenho incompatível com o especificado, a contratada deverá substituí-lo definitivamente, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas no contrato.

8.10 – Toda manutenção deverá ser realizada por profissionais **qualificados e habilitados tecnicamente**, observando as normas de segurança, boas práticas de tecnologia da informação e políticas internas da AMAE-CM.



8.11 – A garantia de perfeito funcionamento dos equipamentos deverá ser mantida até a **retirada completa dos itens ao término do contrato**, não sendo aceita qualquer limitação de cobertura durante a vigência contratual.

9. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO:
(Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IX)

9.1 - O valor máximo estimado para esta contratação será apresentado pela Equipe de cotação em documento próprio, elaborado após cotação mercadológica em quadro comparativo de preços.

9.1.1 – O resultado da pesquisa de preços constará em **quadro comparativo anexo ao processo**, devidamente assinado pela equipe de Cotação.

9.1.2. – O valor estimado será a **MEDIANA** e servirá como **limite máximo aceitável** para a contratação, observado o princípio da economicidade e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XI)

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da AMAE de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30.000	30.033	3.3.90.39.00.00.00.00	1.759.0000	Recursos Vinculados a fundos

10.2 Para esta atividade verificou-se, inclusive, a inovação legislativa advinda do preceito do art. 66 da Lei 14.133/21, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica, limitando-se “a comprovação de existência jurídica da pessoa”

“Art. 66 – a habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência



*jurídica da pessoa, e, quando cabível, de
autorização para o exercício da atividade a
ser contratada.”*

10.2.1 – As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de **pertinência** com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

10.2.2 – Não será admitido a participação de empresas atuantes em ramos **completamente impertinentes**, ou cuja natureza jurídica seja **incompatível** com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos neste T.R.

11. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XII)

11.1 – Em atendimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, e ao art. 28 da Lei Municipal nº 1.795/2009, esta contratação será destinada exclusivamente à participação de **microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)**.

11.2 – Essa exclusividade aplica-se somente quando o valor total estimado da contratação não ultrapassar o limite de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, nos termos da legislação.

11.3 – Caso o valor estimado ultrapasse o referido limite, a contratação seguirá o procedimento aplicável, sem a exclusividade prevista neste item.

12. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIII)

12.1 – Dado que os serviços pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, poderão ser contratados pela modalidade licitatória PREGÃO de acordo com Art.6º, inciso XLI da Lei Federal 14.133/2021 e, em sua forma ELETRÔNICA, com o Art.17, Parágrafo 2º da mesma Lei. O critério de julgamento atenderá ao inciso I, do artigo 33, sendo vencedora a proposta com menor preço



GLOBAL. O modo de disputa será ABERTO, de acordo com o inciso I, do Art. 56 da mesma Lei Federal.

Nos termos do Art.47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como na Súmula nº 247/TCU dispõe que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Na aplicação deste princípio, o parágrafo 1º do mesmo artigo estabelece que deverá ser considerado a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos. A solução de comunicação desejada é composta por um conjunto de componentes que se relacionam para produzir os resultados esperados para a contratação. A separação total ou parcial destes componentes compromete o conjunto da solução, logo optou-se pelo agrupamento para que haja compatibilidade total entre todos os itens da solução e ainda evitar conflito de competências e responsabilidades, em caso de contratação de fornecedores distintos. Deste modo, a licitação será realizada em grupo único para garantir a interoperabilidade dos equipamentos e funcionalidades necessárias

Diante do exposto, a licitação desse objeto deverá ser realizada de forma agrupada, sem divisão de itens, visando propiciar agilidade ao processo e a garantia de qualidade e otimização da entrega, conforme estabelecido pelo Art. 40, Par. 3º, inciso I da Lei Federal.

13. DAS PROPOSTAS:

13.1 – Prazo de validade: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIV)

13.1.1 - As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

13.2 – Condições da Proposta

13.2.1 - As empresas interessadas deverão encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo conter a descrição do objeto ofertado e preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas neste Termo de Referência.

13.2.2 - No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a empresa deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando



for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

13.2.3 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Termo de Referência.

13.3 – Exigência de Amostra, prova conformidade ou Prova de Conceito

13.3.1 – Não se aplica a este objeto.

14. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

14.1 – Atestado de capacidade técnica para comprovação de aptidão para execução dos itens citados, objeto desta licitação, através de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a interessada já tenha prestado serviço de natureza compatível com os objetos da dispensa.

14.2 - O atestado concedido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação.

15. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

15.1 - Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

16. DO CONTRATO:

16.1 – Prazo e Prorrogação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVII)

16.1.1 – O contrato deverá ter prazo de 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração perante a comprovação da vantagem econômica, conforme artigo 107 da Lei Federal nº14.133/2021.

16.2 – Prazo para Assinatura (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVIII)



16.2.1 – O contrato a ser firmado com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas em instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

16.2.2. Homologado o resultado do processo, o fornecedor será convocado para assinar o contrato, conforme preconiza o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na sede do AMAE.

16.2.3. A recusa em assinar o contrato, no prazo estabelecido no item anterior, caracterizará o descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.4. Na hipótese acima, à licitante decairá do direito à contratação, reservando-se o Promitente Comprador o direito de convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para negociações, observado o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3 – Requisitos da Contratação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIX)

16.3.1 – Os requisitos da Contratação foram apresentados particularizado nos itens **1.2 e 1.3** deste Termo de Referência.

16.4 - Reajuste

16.4.1 - Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.4.2 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.4.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica, assim, a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



16.4.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.4.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.4.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.5 – Garantia Contratual

16.5.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

16.6.– Subcontratação

16.6.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

17. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATANTE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XX)

17.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o disposto neste Termo de Referência, nas cláusulas contratuais e nos termos de sua proposta;

17.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

17.3 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.4 - Notificar o Contratado, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas, vícios, defeitos ou incorreções verificadas quanto ao objeto ou constatadas no curso da execução dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

17.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do pacto e o cumprimento das obrigações pelo fornecedor;

17.6 - Efetuar o pagamento ao fornecedor do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;



17.7 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.

17.8 - Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

17.8.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

17.8.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

17.8.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e,

17.8.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

17.9 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

17.10 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

17.11 - Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

17.12 - Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.13 - Aplicar ao fornecedor as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente.

18 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXI)

18.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



18.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.3 - Comunicar ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

18.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

18.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

18.7 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

18.8 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

18.9 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

18.10 - Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;

18.10.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

18.11 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos básicos adequados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja



quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

18.12 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

18.12.1 - Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

18.13 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente na execução do pacto;

18.14 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

18.15 - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

18.16 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

18.17 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

18.18 - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

18.19 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

18.20 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

18.21 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);



18.22 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do pacto;

18.23 - O Contratado/Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste Instrumento e em seus anexos, caso haja, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

18.24 - Assumir as responsabilidades decorrentes da execução deste Contrato, bem como as disposições contratuais;

18.25 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao Setor Administrativo responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

II) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

III) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

IV) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

18.26 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

18.27 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

18.28 - Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

18.29 - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19 – PREVISÃO E PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXII)

19.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20 – PREVISÃO DAS CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIII)



20.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

21 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIV)

21.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

21.2 – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

21.3 – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

21.4 – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

21.5 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

21.6 – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

21.7 – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA
--------	---------	-----------



GESTOR	Luciano da Silva Silvério	304
GESTOR SUBSTITUTO	Cristiano da Silva Pinheiro	244
FISCAL TÉCNICO	Flávio Alves de Azevedo	228
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	Leno Neves de Aguiar	262
FISCAL ADMINISTRATIVO	Filipe da Silva Barcelos	284
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	Arthur de Almeida Pereira	270

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXV)

22.1 Dos Critérios de Medição

22.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO	
1. ATENDIMENTO INTEGRAL DAS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Finalidade	<i>Contratação de solução continuada destinada à disponibilização, mediante cessão de uso, de equipamentos de informática voltados ao atendimento das atividades administrativas e operacionais da AMAE-CM, devidamente entregues, instalados e configurados. A solução abrange a responsabilidade integral pela operacionalidade dos equipamentos durante a vigência da contratação, incluindo</i>



	<i>suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, garantia de pleno funcionamento e substituição imediata dos equipamentos em caso de falhas. Compreende, ainda, quando aplicável, o fornecimento, a reposição e a adequada gestão dos insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos disponibilizados</i>
Instrumento de medição	Avaliação de Reação aplicada aos servidores ao final da prestação do serviço.
Mecanismo de cálculo	Média das notas atribuídas pelos servidores que preencheram a Avaliação de Reação aplicada ao final da capacitação.
Faixas de ajuste no pagamento	De 7 a 10 - 100% da fatura;
	De 7 a 5 - 90% da fatura;
	De 5 a 4 - 80% da fatura;
	Abaixo de 4 - inexecução parcial.
2. PONTUALIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
Finalidade	Garantir a disponibilidade dos serviços.
Mecanismo de cálculo	Dias = Quantidade de dias de atraso
Faixas de ajuste no pagamento	0 dias = 100% da Fatura em caso de aceite;
	de 1 a 5 dias = 95% do valor correspondente na Fatura;
	de 6 a 10 dias = 90% do valor correspondente na Fatura;
	Acima de 11 dias = 80% do valor correspondente na Fatura.
Para efeitos de ajuste no pagamento será considerada a média dos valores do item 1 e item 2 - "Qualidade" e "Prazo" - conforme a fórmula seguinte: $\frac{(\text{Faixa de ajuste no pagamento "Prazo"} + \text{Faixa de ajuste no pagamento "Qualidade"})}{2}$	

22.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

22.2 - Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

22.2.1. não produziu os resultados acordados;



22.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

22.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

22.3 - O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente conferida e aprovada pela Contratante.

22.3.1 - A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus dados, com a descrição clara do objeto do contrato.

22.3.2 - As notas fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada, e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos considerados válidos pela Contratante, não respondendo esta por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

22.4 - O pagamento fica condicionado à manutenção da regularidade fiscal e trabalhista exigida no Edital por parte da Contratada.

22.4.1 - Constatada situação de irregularidade das condições de habilitação, a Contratada será notificada, sem prejuízo do pagamento pelos serviços já prestados, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

22.4.2 - O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

22.5 - Sobre o valor devido à Contratada, a Secretaria Municipal de Assistência Social efetuará as retenções tributárias cabíveis.

22.5.1 - Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

22.6 – Da Liquidação:



22.6.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

22.6.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

22.6.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

22.7 Do Prazo de Pagamento

22.7.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

22.7.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

22.8 Da Forma de Pagamento

22.8.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

22.8.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.8.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

22.8.4 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de



documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

23. DA SEGURANÇA DE DADOS: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXVI)

23.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

23.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10. **23.2.1** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

23.3 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

23.4 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

23.5 – A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

23.6 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

23.7 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de



garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

23.8 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXVI)

24.1 - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

24.2 - Conforme o disposto nos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o contratado estará sujeito às seguintes sanções em caso de inadimplemento, descumprimento das obrigações contratuais ou irregularidades na execução do objeto:

- **Advertência;**
- **Multa**, nos percentuais e condições estabelecidos no contrato;
- **Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública**

24.3 - A aplicação das sanções observará o devido processo legal, garantindo ao contratado ampla defesa e contraditório, conforme previsto na legislação vigente.

Cachoeiras de Macacu, 12 de dezembro de 2025.

Thailine dos Santos Prommerschenkel
Matrícula 334
Responsável pela elaboração do TR

Fábio Marinelli Pontes
Presidente da AMAE-CM
Portaria nº 0235/2025



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7122/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO II - PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Item	Descrição	Período	Quantidade	Valor unitário Quantidade	Valor total
1	<p>Computador: * Processador Processador de arquitetura x86-64, com no mínimo 6 (seis) núcleos físicos e 12 (doze) threads, com frequência base mínima equivalente a 3,5 GHz ou superior, dotado de controlador gráfico integrado ao próprio processador, compatível com padrão PCI Express 4.0 ou superior, acompanhado de sistema de refrigeração original ou homologado pelo fabricante, plenamente compatível com o processador ofertado.</p> <p>* Placa-mãe: compatível com processadores de arquitetura x86-64, com soquete e chipset adequados ao processador ofertado, suporte a PCI Express 4.0 ou superior, suporte a memória DDR4 ou superior, contendo no mínimo 2 (dois) slots de memória, com capacidade mínima suportada de 64 GB.</p> <p>Deverá possuir, ainda:</p> <ul style="list-style-type: none">– controladora gráfica integrada ao processador, com saídas de vídeo compatíveis (mínimo HDMI ou DisplayPort);– no mínimo 1 (um) slot M.2 NVMe;– no mínimo 4 (quatro) portas SATA III;– controladora de rede Ethernet 10/100/1000 Mbps;– interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada;– áudio integrado;– portas USB padrão 3.2 ou superior;– compatibilidade com sistemas operacionais atuais de 64 bits. <p>* Memória RAM Memória do tipo DDR4 ou superior, com capacidade mínima de 16 GB, operando em dual channel, distribuída em 2 (dois) módulos idênticos de 8 GB, com frequência mínima de 3200 MHz, compatível com a placa-mãe e o processador ofertados, permitindo expansão futura.</p> <p>* Armazenamento (memória secundária) Unidade de armazenamento do tipo SSD, com</p>	12 meses	20	R\$ 11.650,00	R\$ 139.800,00



capacidade mínima de 960 GB, padrão M.2, interface PCIe NVMe, compatível com a placa-mãe ofertada, destinada à instalação do sistema operacional, aplicativos e armazenamento de dados, com desempenho superior às unidades baseadas em interface SATA.

*

Gabinete

Gabinete compatível com o formato da placa-mãe ofertada, construído em material resistente, com fluxo de ar adequado, contendo no mínimo 2 (duas) ventoinhas instaladas de fábrica, espaço para futuras expansões e conexões frontais que incluam, no mínimo, 1 (uma) porta USB 3.0 ou superior, botão liga/desliga e indicadores luminosos de funcionamento.

*

Fonte de alimentação

Fonte de alimentação compatível com o conjunto ofertado, com potência real mínima de 500 W, padrão ATX, com tensão de entrada bivolt automático (100–240 V), eficiência energética mínima certificada 80 Plus Bronze ou superior, dotada de proteções elétricas contra sobrecarga, sobretensão e curto-circuito, com conectores compatíveis com a placa-mãe, processador e demais componentes, acompanhada de todos os cabos necessários ao pleno funcionamento do sistema.

Monitor: Monitor de vídeo LED, com tela plana, tamanho mínimo de 23 polegadas, painel IPS (In-Plane Switching), resolução nativa Full HD (1920 x 1080 pixels), proporção 16:9, taxa de atualização mínima de 60 Hz, ângulo de visão mínimo de 178° horizontal e vertical, brilho mínimo de 250 cd/m², contraste estático mínimo de 1000:1, suporte a 16,7 milhões de cores, interfaces de vídeo HDMI e/ou DisplayPort, compatível com sistemas operacionais atuais, acompanhando cabos necessários para pleno funcionamento



2	<p>Notebook:O notebook portátil a ser disponibilizado no âmbito da solução deverá possuir configuração compatível com uso administrativo e institucional, servindo como padrão mínimo de referência equipamento com desempenho equivalente ou superior, atendendo às seguintes especificações técnicas:</p> <p>Equipamento portátil do tipo notebook, com processador de arquitetura x86, de geração recente, dotado de no mínimo 8 (oito) núcleos e 12 (doze) threads, com frequência turbo superior a 4,0 GHz. Deverá possuir memória RAM mínima de 8 GB, padrão DDR4 ou superior, permitindo expansão conforme o modelo ofertado, bem como unidade de armazenamento em estado sólido (SSD), com capacidade mínima de 512 GB, utilizando tecnologia NVMe ou equivalente.</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido com sistema operacional Windows, devidamente instalado e licenciado. A tela deverá possuir dimensão mínima de 15 (quinze) polegadas, com resolução Full HD (1920 × 1080) ou superior, com acabamento antirreflexo. O controlador gráfico deverá ser integrado ao processador, não sendo exigida placa de vídeo dedicada.</p> <p>Deverá contar com conectividade sem fio compatível com padrões atuais de rede entrada para cabo de rede, Bluetooth integrado, conjunto mínimo de interfaces contendo portas USB, saída de vídeo digital e conector de áudio, além de webcam integrada, microfone e alto-falantes. O notebook deverá possuir bateria integrada e peso compatível com equipamentos da categoria, adequados à mobilidade e ao uso contínuo nas atividades institucionais.</p>	12 meses	2	R\$ 880,00	R\$ 10.560,00
---	--	----------	---	------------	---------------



3	<p>Impressoras monocromáticas:</p> <p>As impressoras multifuncionais monocromáticas a serem disponibilizadas em regime de locação deverão atender às necessidades operacionais da AMAE-CM, servindo como padrão de referência equipamentos com desempenho, capacidade e funcionalidades equivalentes ou superiores ao modelo HP LaserJet Managed MFP E62655, admitindo-se equipamentos de qualquer fabricante que atendam integralmente às especificações mínimas abaixo.</p> <p>* Funções Equipamento multifuncional monocromático, com funções integradas de impressão, cópia, digitalização e envio de documentos, destinado a ambientes administrativos com médio e alto volume de trabalho.</p> <p>* Tecnologia de impressão Tecnologia laser monocromática, adequada para uso corporativo contínuo.</p> <p>* Desempenho e velocidade Velocidade mínima de impressão de 55 páginas por minuto (ppm) em formato A4 ou superior, garantindo agilidade nas rotinas administrativas e operacionais.</p> <p>* Resolução Resolução mínima de impressão de 1200 x 1200 dpi, assegurando qualidade adequada para documentos oficiais, relatórios técnicos e materiais administrativos.</p> <p>* Capacidade de papel Capacidade mínima de entrada de papel de 550 folhas, admitindo expansão por meio de bandejas adicionais, compatível com papel A4 e outros formatos usuais da Administração Pública.</p> <p>* Ciclo mensal de trabalho Ciclo mensal de trabalho compatível com uso corporativo intensivo, suportando volumes elevados de impressão, sem comprometimento do desempenho ou da vida útil do equipamento.</p> <p>* Digitalização Scanner integrado com alimentador automático de documentos (ADF), com capacidade mínima compatível com digitalização contínua de múltiplas páginas, possibilitando digitalização frente e verso (duplex), com envio para pastas de rede, e-mail ou dispositivos compatíveis.</p> <p>* Impressão e cópia frente e verso (duplex) Função de impressão e cópia automática em frente e verso (duplex) integrada, visando economia de papel e maior eficiência operacional.</p> <p>* Conectividade Interfaces de conexão compatíveis com ambiente</p>	12 meses	3	R\$ 990,00	R\$ 11.880,00
---	--	----------	---	------------	---------------



<p>corporativo, incluindo no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">– rede Ethernet 10/100/1000 Mbps;– portas USB compatíveis;– compatibilidade com protocolos de rede utilizados em ambientes administrativos. <p>* Painel de controle</p> <p>Painel de controle integrado, preferencialmente com tela sensível ao toque, que permita operação intuitiva das funções de impressão, cópia e digitalização.</p> <p>* Compatibilidade de sistemas</p> <p>Compatibilidade com sistemas operacionais atuais utilizados pela Administração Pública, incluindo ambientes Windows e outros sistemas de 64 bits, com fornecimento de drivers e suporte técnico adequados.</p> <p>* Suprimentos</p> <p>Utilização de toner de alto rendimento, compatível com o volume de impressão mensal estimado, com fornecimento, reposição e logística de descarte sob responsabilidade da contratada, conforme condições da locação.</p> <p>* Condições gerais de fornecimento</p> <p>As impressoras deverão ser entregues instaladas, configuradas e em pleno funcionamento, incluindo todos os cabos, acessórios e insumos necessários, ficando sob responsabilidade da contratada a manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, reposição de suprimentos e substituição imediata do equipamento em caso de falhas que comprometam seu funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a AMAE-CM, que ficará a cargo do apenas do fornecimento das folhas para impressão.</p>				
--	--	--	--	--



4	<p>Impressoras Coloridas:</p> <p>As impressoras multifuncionais coloridas a serem disponibilizadas no âmbito da solução proposta deverão apresentar desempenho, capacidade e funcionalidades compatíveis com equipamentos do padrão Epson EcoTank L6270 ou equivalente, admitindo-se equipamentos de qualquer fabricante que atendam, no mínimo, às especificações técnicas abaixo, sem prejuízo da competitividade do certame.</p> <p>*Funções: Equipamento multifuncional colorido, com funções integradas de impressão, cópia e digitalização, destinado a atender às demandas administrativas e operacionais da AMAE-CM.</p> <p>* Tecnologia de impressão</p> <p>Tecnologia de impressão jato de tinta colorida, com sistema de tanque de tinta recarregável (EcoTank ou tecnologia equivalente), visando redução do custo por página e maior eficiência no uso de insumos.</p> <p>* Desempenho</p> <p>Velocidade de impressão compatível com uso administrativo, com desempenho mínimo equivalente a aproximadamente 30 páginas por minuto em preto e 20 páginas por minuto em cores, conforme padrão ISO ou equivalente.</p> <p>* Qualidade de impressão</p> <p>Resolução mínima de impressão de 4.800 x 1.200 dpi, garantindo qualidade adequada para documentos administrativos, relatórios, formulários e materiais gráficos simples.</p> <p>* Capacidade de papel</p> <p>Capacidade mínima de entrada de papel de 250 folhas, compatível com os principais formatos utilizados pela Administração Pública, incluindo A4 e similares.</p> <p>* Impressão frente e verso (duplex)</p> <p>Função de impressão automática em frente e verso</p>	12 meses	1	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
---	--	----------	---	------------	--------------



<p>(duplex) integrada ao equipamento, contribuindo para economia de papel e sustentabilidade ambiental.</p> <p>* Digitalização</p> <p>Scanner integrado com resolução mínima de 1.200 x 2.400 dpi, permitindo digitalização de documentos em formatos PDF e imagem, compatível com uso em rede.</p> <p>* Conectividade</p> <p>Interfaces de conexão compatíveis com ambiente corporativo, incluindo, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">– rede Ethernet;– rede sem fio (Wi-Fi);– conexão USB. <p>* Compatibilidade de sistemas</p> <p>Compatibilidade com sistemas operacionais atuais utilizados pela Administração Pública, com fornecimento de drivers e suporte técnico adequados.</p> <p>* Suprimentos</p> <p>Sistema de abastecimento por tanques de tinta de alto rendimento, devendo a solução permitir reposição simples e segura, com responsabilidade da contratada quanto ao fornecimento, reposição e destinação ambientalmente adequada dos insumos, quando em regime de locação.</p> <p>* Condições gerais de fornecimento</p> <p>Os equipamentos deverão ser entregues instalados, configurados e em perfeito estado de funcionamento, acompanhados de todos os acessórios necessários ao pleno uso, ficando sob responsabilidade da contratada a manutenção preventiva e corretiva, a reposição de insumos, a substituição de peças e, quando necessário, a substituição imediata do equipamento, sem ônus adicional para a AMAE-CM.</p>				
---	--	--	--	--



Valor total

R\$ 166.440,00



ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7122/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

**CONTRATO Nº XXX/2026 QUE
ENTRE SI CELEBRAM A
AUTARQUIA MUNICIPAL DE
ÁGUA E ESGOTO – AMAE/CM E
A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU – AMAE/CM, Entidade Autárquica de Direito Público, da Administração Indireta, inscrita no CNPJ sob o nº 07.754.024/0001-85, com sede à Rua Joaquim Antônio da Rosa Sobrinho, 19 - Centro - Cachoeiras de Macacu/RJ – RJ, neste ato representada pelo Presidente, Sr. FÁBIO MARINELLI PONTES, Casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade nº 125357087 expedida pelo IFP/RJ e CPF nº 054.181.617-92, residente e domiciliado à Rodovia RJ 116, 39 – Parque Santa Luzia – Cachoeiras de Macacu/RJ, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX por meio de seu representante legal XXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, na presença das testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato, oriundo do Processo licitação na modalidade Pregão Eletrônica nº XXX/2026 e Processo Administrativo nº 7123/2025, com base na Lei nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Contratação de solução continuada destinada à disponibilização, mediante cessão de uso, de equipamentos de informática voltados ao atendimento das atividades administrativas e operacionais da AMAE-CM, devidamente entregues, instalados e configurados. A solução abrange a responsabilidade integral pela operacionalidade dos equipamentos durante a vigência da contratação, incluindo suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, garantia de pleno funcionamento e substituição imediata dos equipamentos em caso de falhas. Compreende, ainda, quando aplicável, o fornecimento, a reposição e a adequada gestão dos insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos disponibilizados.



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	<p>Computador: * Processador Processador de arquitetura x86-64, com no mínimo 6 (seis) núcleos físicos e 12 (doze) threads, com frequência base mínima equivalente a 3,5 GHz ou superior, dotado de controlador gráfico integrado ao próprio processador, compatível com padrão PCI Express 4.0 ou superior, acompanhado de sistema de refrigeração original ou homologado pelo fabricante, plenamente compatível com o processador ofertado.</p> <p>* Placa-mãe: compatível com processadores de arquitetura x86-64, com soquete e chipset adequados ao processador ofertado, suporte a PCI Express 4.0 ou superior, suporte a memória DDR4 ou superior, contendo no mínimo 2 (dois) slots de memória, com capacidade mínima suportada de 64 GB. Deverá possuir, ainda: – controladora gráfica integrada ao processador, com saídas de vídeo compatíveis (mínimo HDMI ou DisplayPort); – no mínimo 1 (um) slot M.2 NVMe; – no mínimo 4 (quatro) portas SATA III; – controladora de rede Ethernet 10/100/1000 Mbps; – interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada; – áudio integrado; – portas USB padrão 3.2 ou superior; – compatibilidade com sistemas operacionais atuais de 64 bits.</p> <p>* Memória RAM Memória do tipo DDR4 ou superior, com capacidade mínima de 16 GB, operando em dual channel, distribuída em 2 (dois) módulos idênticos de 8 GB, com frequência mínima de 3200 MHz, compatível com a placa-mãe e o processador ofertados, permitindo expansão futura.</p> <p>* Armazenamento (memória secundária) Unidade de armazenamento do tipo SSD, com capacidade mínima de 960 GB, padrão M.2, interface PCIe NVMe, compatível com a placa-mãe ofertada, destinada à instalação do sistema operacional, aplicativos e armazenamento de dados, com desempenho superior às unidades baseadas em interface SATA.</p> <p>* Gabinete Gabinete compatível com o formato da placa-mãe ofertada, construído em material resistente, com fluxo de ar adequado, contendo no mínimo 2 (duas) ventoinhas instaladas de fábrica, espaço para futuras expansões e conexões frontais que incluam, no mínimo, 1 (uma) porta USB 3.0 ou superior, botão liga/desliga e indicadores luminosos de funcionamento.</p> <p>* Fonte de alimentação Fonte de alimentação compatível com o conjunto ofertado, com potência real mínima de 500 W, padrão ATX, com tensão de entrada bivolt automático (100–240 V), eficiência energética mínima certificada 80 Plus Bronze ou superior, dotada de proteções elétricas contra sobrecarga, sobretensão e curto-circuito, com conectores compatíveis com a placa-mãe, processador e demais componentes, acompanhada de todos os cabos necessários ao pleno funcionamento do sistema.</p> <p>Monitor: Monitor de vídeo LED, com tela plana, tamanho mínimo de 23 polegadas, painel IPS (In-Plane Switching), resolução nativa Full HD (1920 x 1080 pixels), proporção 16:9, taxa de atualização mínima de 60 Hz, ângulo de visão mínimo de 178° horizontal e vertical, brilho mínimo de 250 cd/m², contraste estático mínimo de</p>	20



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
	1000:1, suporte a 16,7 milhões de cores, interfaces de vídeo HDMI e/ou DisplayPort, compatível com sistemas operacionais atuais, acompanhando cabos necessários para pleno funcionamento	
2	<p>Notebook:O notebook portátil a ser disponibilizado no âmbito da solução deverá possuir configuração compatível com uso administrativo e institucional, servindo como padrão mínimo de referência equipamento com desempenho equivalente ou superior, atendendo às seguintes especificações técnicas:</p> <p>Equipamento portátil do tipo notebook, com processador de arquitetura x86, de geração recente, dotado de no mínimo 8 (oito) núcleos e 12 (doze) threads, com frequência turbo superior a 4,0 GHz. Deverá possuir memória RAM mínima de 8 GB, padrão DDR4 ou superior, permitindo expansão conforme o modelo ofertado, bem como unidade de armazenamento em estado sólido (SSD), com capacidade mínima de 512 GB, utilizando tecnologia NVMe ou equivalente.</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido com sistema operacional Windows, devidamente instalado e licenciado. A tela deverá possuir dimensão mínima de 15 (quinze) polegadas, com resolução Full HD (1920 × 1080) ou superior, com acabamento antirreflexo. O controlador gráfico deverá ser integrado ao processador, não sendo exigida placa de vídeo dedicada.</p> <p>Deverá contar com conectividade sem fio compatível com padrões atuais de rede entrada para cabo de rede, Bluetooth integrado, conjunto mínimo de interfaces contendo portas USB, saída de vídeo digital e conector de áudio, além de webcam integrada, microfone e alto-falantes. O notebook deverá possuir bateria integrada e peso compatível com equipamentos da categoria, adequados à mobilidade e ao uso contínuo nas atividades institucionais.</p>	1
3	<p>Impressoras monocromáticas:</p> <p>As impressoras multifuncionais monocromáticas a serem disponibilizadas em regime de locação deverão atender às necessidades operacionais da AMAE-CM, servindo como padrão de referência equipamentos com desempenho, capacidade e funcionalidades equivalentes ou superiores ao modelo HP LaserJet Managed MFP E62655, admitindo-se equipamentos de qualquer fabricante que atendam integralmente às especificações mínimas abaixo.</p> <p>* Funções Equipamento multifuncional monocromático, com funções integradas de impressão, cópia, digitalização e envio de documentos, destinado a ambientes administrativos com médio e alto volume de trabalho.</p> <p>* Tecnologia de impressão Tecnologia laser monocromática, adequada para uso corporativo contínuo.</p> <p>* Desempenho e velocidade Velocidade mínima de impressão de 55 páginas por minuto (ppm) em formato A4 ou superior, garantindo agilidade nas rotinas administrativas e operacionais.</p> <p>* Resolução Resolução mínima de impressão de 1200 x 1200 dpi, assegurando qualidade adequada para documentos oficiais, relatórios técnicos e materiais administrativos.</p> <p>* Capacidade de papel Capacidade mínima de entrada de papel de 550 folhas, admitindo expansão por meio</p>	03



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
	<p>de bandejas adicionais, compatível com papel A4 e outros formatos usuais da Administração Pública.</p> <p>* Ciclo mensal de trabalho Ciclo mensal de trabalho compatível com uso corporativo intensivo, suportando volumes elevados de impressão, sem comprometimento do desempenho ou da vida útil do equipamento.</p> <p>* Digitalização Scanner integrado com alimentador automático de documentos (ADF), com capacidade mínima compatível com digitalização contínua de múltiplas páginas, possibilitando digitalização frente e verso (duplex), com envio para pastas de rede, e-mail ou dispositivos compatíveis.</p> <p>* Impressão e cópia frente e verso (duplex) Função de impressão e cópia automática em frente e verso (duplex) integrada, visando economia de papel e maior eficiência operacional.</p> <p>* Conectividade Interfaces de conexão compatíveis com ambiente corporativo, incluindo no mínimo: – rede Ethernet 10/100/1000 Mbps; – portas USB compatíveis; – compatibilidade com protocolos de rede utilizados em ambientes administrativos.</p> <p>* Painel de controle Painel de controle integrado, preferencialmente com tela sensível ao toque, que permita operação intuitiva das funções de impressão, cópia e digitalização.</p> <p>* Compatibilidade de sistemas Compatibilidade com sistemas operacionais atuais utilizados pela Administração Pública, incluindo ambientes Windows e outros sistemas de 64 bits, com fornecimento de drivers e suporte técnico adequados.</p> <p>* Suprimentos Utilização de toner de alto rendimento, compatível com o volume de impressão mensal estimado, com fornecimento, reposição e logística de descarte sob responsabilidade da contratada, conforme condições da locação.</p> <p>* Condições gerais de fornecimento As impressoras deverão ser entregues instaladas, configuradas e em pleno funcionamento, incluindo todos os cabos, acessórios e insumos necessários, ficando sob responsabilidade da contratada a manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, reposição de suprimentos e substituição imediata do equipamento em caso de falhas que comprometam seu funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a AMAE-CM, que ficará a cargo do apenas do fornecimento das folhas para impressão.</p>	
4	<p>Impressoras Coloridas:</p> <p>As impressoras multifuncionais coloridas a serem disponibilizadas no âmbito da solução proposta deverão apresentar desempenho, capacidade e funcionalidades compatíveis com equipamentos do padrão Epson EcoTank L6270 ou equivalente, admitindo-se equipamentos de qualquer fabricante que atendam, no mínimo, às especificações técnicas abaixo, sem prejuízo da competitividade do certame.</p> <p>*Funções: Equipamento multifuncional colorido, com funções integradas de impressão, cópia e digitalização, destinado a atender às demandas administrativas e operacionais da AMAE-CM.</p> <p>* Tecnologia de impressão Tecnologia de impressão jato de tinta colorida, com sistema de tanque de tinta recarregável (EcoTank ou tecnologia equivalente), visando redução do custo por</p>	01



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
	<p>página e maior eficiência no uso de insumos.</p> <p>* Desempenho Velocidade de impressão compatível com uso administrativo, com desempenho mínimo equivalente a aproximadamente 30 páginas por minuto em preto e 20 páginas por minuto em cores, conforme padrão ISO ou equivalente.</p> <p>* Qualidade de impressão Resolução mínima de impressão de 4.800 x 1.200 dpi, garantindo qualidade adequada para documentos administrativos, relatórios, formulários e materiais gráficos simples.</p> <p>* Capacidade de papel Capacidade mínima de entrada de papel de 250 folhas, compatível com os principais formatos utilizados pela Administração Pública, incluindo A4 e similares.</p> <p>* Impressão frente e verso (duplex) Função de impressão automática em frente e verso (duplex) integrada ao equipamento, contribuindo para economia de papel e sustentabilidade ambiental.</p> <p>* Digitalização Scanner integrado com resolução mínima de 1.200 x 2.400 dpi, permitindo digitalização de documentos em formatos PDF e imagem, compatível com uso em rede.</p> <p>* Conectividade Interfaces de conexão compatíveis com ambiente corporativo, incluindo, no mínimo: – rede Ethernet; – rede sem fio (Wi-Fi); – conexão USB.</p> <p>* Compatibilidade de sistemas Compatibilidade com sistemas operacionais atuais utilizados pela Administração Pública, com fornecimento de drivers e suporte técnico adequados.</p> <p>* Suprimentos Sistema de abastecimento por tanques de tinta de alto rendimento, devendo a solução permitir reposição simples e segura, com responsabilidade da contratada quanto ao fornecimento, reposição e destinação ambientalmente adequada dos insumos, quando em regime de locação.</p> <p>* Condições gerais de fornecimento Os equipamentos deverão ser entregues instalados, configurados e em perfeito estado de funcionamento, acompanhados de todos os acessórios necessários ao pleno uso, ficando sob responsabilidade da contratada a manutenção preventiva e corretiva, a reposição de insumos, a substituição de peças e, quando necessário, a substituição imediata do equipamento, sem ônus adicional para a AMAE-CM.</p>	

1.2 – Requisitos Gerais da Contratação:

- a) **Desempenho Mínimo Adequado**
Os equipamentos deverão apresentar capacidade de processamento, armazenamento e operação compatíveis com os sistemas utilizados pela autarquia, garantindo execução estável e eficiente das atividades internas.
- b) **Disponibilidade Operacional Contínua**
A solução deve assegurar que computadores e impressoras permaneçam



aptos ao uso, com mínima interrupção das rotinas administrativas e operacionais, evitando falhas que comprometam a continuidade do serviço público.

c) **Confiabilidade e Segurança**

A infraestrutura tecnológica deve possibilitar trabalho seguro, reduzindo riscos de perda de dados, falhas recorrentes e indisponibilidade dos sistemas essenciais.

d) **Compatibilidade Tecnológica**

Os equipamentos devem ser plenamente compatíveis com os sistemas já utilizados pela AMAE-CM, evitando restrições de software, drivers ou integração com periféricos e redes internas.

e) **Padronização dos Equipamentos**

A solução deve permitir que os equipamentos possuam configurações mínimas padronizadas, facilitando manutenção, operação e gestão tecnológica.

f) **Suporte Técnico Adequado**

É essencial que exista suporte técnico para garantir atendimento a falhas, orientações e reposições quando necessário, dentro de prazos compatíveis com a criticidade das atividades da autarquia.

g) **Custo Global Compatível com a Realidade Orçamentária**

A solução deverá observar o princípio da economicidade, garantindo custos adequados ao orçamento público e evitando gastos excessivos com reparos, substituições ou aquisição de peças.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE:

2.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o disposto neste Termo de Referência, nas cláusulas contratuais e nos termos de sua proposta;

2.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

2.3 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

2.4 - Notificar o Contratado, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas, vícios, defeitos ou incorreções verificadas quanto ao objeto ou constatadas no



curso da execução dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

2.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do pacto e o cumprimento das obrigações pelo fornecedor;

2.6 - Efetuar o pagamento ao fornecedor do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

2.7 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.

2.8 - Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

2.8.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

2.8.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

2.8.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e,

2.8.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

2.9 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

2.10 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

2.11 - Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

2.12 - Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.13 - Aplicar ao fornecedor as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente.



CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:

3.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.3 - Comunicar ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

3.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.7 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

3.8 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto



quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

3.9 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

3.10 - Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;

3.10.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

3.11 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos básicos adequados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

3.12 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

3.12.1 - Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

3.13 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente na execução do pacto;

3.14 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

3.15 - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

3.16 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

3.17 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



3.18 - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

3.19 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.20 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

3.21 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

3.22 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do pacto;

3.23 - O Contratado/Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste Instrumento e em seus anexos, caso haja, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.24 - Assumir as responsabilidades decorrentes da execução deste Contrato, bem como as disposições contratuais;

3.25 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao Setor Administrativo responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

II) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

III) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

IV) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

3.26 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

3.27 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

3.28 - Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.



3.29 - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

4.1 Dos Critérios de Medição

4.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO	
1. ATENDIMENTO INTEGRAL DAS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Finalidade	<i>Contratação de solução continuada destinada à disponibilização, mediante cessão de uso, de equipamentos de informática voltados ao atendimento das atividades administrativas e operacionais da AMAE-CM, devidamente entregues, instalados e configurados. A solução abrange a responsabilidade integral pela operacionalidade dos equipamentos durante a vigência da contratação, incluindo suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, garantia de pleno funcionamento e substituição imediata dos equipamentos em caso de falhas. Compreende, ainda, quando aplicável, o fornecimento, a reposição e a adequada gestão dos insumos necessários ao funcionamento dos equipamentos disponibilizados</i>
Instrumento de medição	Avaliação de Reação aplicada aos servidores ao final da prestação do serviço.
Mecanismo de	Média das notas atribuídas pelos servidores que preencheram a



cálculo	Avaliação de Reação aplicada ao final da capacitação.
Faixas de ajuste no pagamento	De 7 a 10 - 100% da fatura;
	De 7 a 5 - 90% da fatura;
	De 5 a 4 - 80% da fatura;
	Abaixo de 4 - inexecução parcial.
2. PONTUALIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
Finalidade	Garantir a disponibilidade dos serviços.
Mecanismo de cálculo	Dias = Quantidade de dias de atraso
Faixas de ajuste no pagamento	0 dias = 100% da Fatura em caso de aceite;
	de 1 a 5 dias = 95% do valor correspondente na Fatura;
	de 6 a 10 dias = 90% do valor correspondente na Fatura;
	Acima de 11 dias = 80% do valor correspondente na Fatura.
Para efeitos de ajuste no pagamento será considerada a média dos valores do item 1 e item 2 - "Qualidade" e "Prazo" - conforme a fórmula seguinte: $\frac{(\text{Faixa de ajuste no pagamento "Prazo"} + \text{Faixa de ajuste no pagamento "Qualidade"})}{2}$	

4.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

4.2 - Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

4.2.1. não produziu os resultados acordados;

4.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

4.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

4.3 - O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente conferida e aprovada pela Contratante.



4.3.1 - A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus dados, com a descrição clara do objeto do contrato.

4.3.2 - As notas fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada, e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos considerados válidos pela Contratante, não respondendo esta por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

4.4 - O pagamento fica condicionado à manutenção da regularidade fiscal e trabalhista exigida no Edital por parte da Contratada.

4.4.1 - Constatada situação de irregularidade das condições de habilitação, a Contratada será notificada, sem prejuízo do pagamento pelos serviços já prestados, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

4.4.2 - O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

4.5 - Sobre o valor devido à Contratada, a Secretaria Municipal de Assistência Social efetuará as retenções tributárias cabíveis.

4.5.1 - Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

4.6 – Da Liquidação:

4.6.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.6.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e



f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.6.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

4.7 Do Prazo de Pagamento

4.7.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

4.7.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

4.8 Da Forma de Pagamento

4.8.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.8.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.8.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.8.4 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

5.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

5.2 – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização



dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

5.3 – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

5.4 – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

5.5 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

5.6 – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

5.7 – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA
GESTOR	Luciano da Silva Silvério	304
GESTOR SUBSTITUTO	Cristiano da Silva Pinheiro	244
FISCAL TÉCNICO	Flávio Alves de Azevedo	228
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	Leno Neves de Aguiar	262
FISCAL ADMINISTRATIVO	Filipe da Silva Barcelos	284
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	Arthur de Almeida Pereira	270

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA :



6.1 – Prazo e Prorrogação

6.1.1 – O contrato terá início após a homologação do processo de licitação e assinatura pelas partes, com duração de até 12 (doze) meses, em conformidade com o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.2 – Caso seja interesse, o contrato poderá ser prorrogado a critério da Administração perante a comprovação da vantagem econômica, conforme artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 – Prazo para Assinatura:

6.2.1 – O contrato a ser celebrado com a licitante vencedora deverá conter as condições previstas no instrumento convocatório e seus anexos, indispensáveis à fiel execução do objeto desta licitação.

6.2.2 – Homologado o resultado do certame, a empresa adjudicatária será convocada a comparecer para assinatura do contrato, no prazo de 10 (**dez**) **dias úteis**, na sede do órgão demandante, em conformidade com o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.3 – A recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará descumprimento integral da obrigação, sujeitando a empresa às sanções previstas no edital, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021.

6.2.4 – Nessa hipótese, a licitante perderá o direito à contratação, facultando-se à Administração convocar a segunda colocada, e assim sucessivamente, observando-se o disposto no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 – Reajuste

6.3.1 – Não se aplica reajuste a esta contratação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e na política de custos adotada pela Administração.

6.4 – Garantia Contratual

6.4.1 – Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme fundamentação técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

6.5 – Subcontratação

6.5.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, devendo a execução ocorrer exclusivamente pela empresa contratada, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO



7.1 O valor total contratado será de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, referente ao valor mensal de **R\$ XXX,XX (XXXXXXXXXX)** em 12 parcelas.

7.1.1 - Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irredutíveis.

7.2 O pagamento será realizado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, e o fornecimento será conforme a demanda.

7.4 O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei n. 14.133/2021, arts. 125 e 126.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da AMAE de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30.000	30.33	3.3.90.39.00.00.00.00	1.759.0000	Recursos Vinculados a fundos

CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

9.1 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, pro rata temporis, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

9.1.1 Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

9.2 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Em caso de descumprimento às regras deste contrato, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:



10.1.1 advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.1.2 multa moratória:

a) de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), ao dia, limitado a 20 (vinte) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de atraso injustificado do fornecimento da senha de acesso à plataforma.

b) no percentual de 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de interrupção do serviço, sem justificativa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**.

c) no percentual de 1,0% (um por cento), ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de reincidência do descumprimento descrito na alínea b deste item.

c.1) Considera-se reincidência a interrupção de que trata a alínea "b" deste item, por mais de uma vez, em período igual ou inferior a 30 (trinta) dias.

d) 0,1% (um décimo por cento) a hora/dia/ocorrência, limitado a 3,0% (três por cento), sobre o valor anual da contratação, no descumprimento de quaisquer obrigações contratuais previstas na execução do objeto, e não arroladas nos itens acima.

10.1.3 multa compensatória, no valor de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato.

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução total do contrato.

10.1.4 impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 04 (quatro) meses;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar



com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses;

c) dar causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses.

10.1.4.1 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

10.1.4.2 A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**.

10.2 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

10.3 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.4.1 O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro Municipal por meio Guia de Recolhimento do Município, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

10.4.2 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

10.5 É admitida a reabilitação **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.



10.6 A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.8 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o contratante, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

10.11 A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

10.12 As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, conforme disposto nos arts. 124, inciso II, alínea “d”, 130 e 131 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a pedido da **CONTRATADA** ou por iniciativa da Administração, desde que devidamente



comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que alterem significativamente os custos da execução do contrato.

11.2.1 Para fins de análise do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória suficiente, demonstrando:

- I – a ocorrência do fato gerador do desequilíbrio;
- II – o impacto efetivo nos custos da execução contratual;
- III – a relação direta entre o evento ocorrido e a alteração dos encargos assumidos;
- IV – a memória de cálculo detalhada da recomposição pretendida.

11.3 O pedido será analisado pela Administração, podendo ser deferido total ou parcialmente, mediante formalização por meio de termo aditivo, observado o interesse público e a vantajosidade da contratação.

11.4 Ressalta-se que o reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com o reajuste ou a repactuação contratual, os quais possuem regras próprias previstas neste instrumento e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1 Este contrato poderá ser extinto a juízo do **CONTRATANTE**, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a **CONTRATADA** não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 Em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo 10 dias úteis, contados da sua assinatura.

13.2 O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, na Transparência Pública do CJF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ANEXOS

14.1 - Integram este contrato, como anexos, a cópia do Termo de Referência, das quais os signatários declaram ciência.

14.2 - No caso de conflito prevalecem às disposições constantes deste contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Comarca de Cachoeiras de Macacu/RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

16.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, bem como dos princípios de direito público.

16.3 O **CONTRATANTE** não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

16.4 A **CONTRATADA** assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o **CONTRATANTE** não será responsável solidário.

16.5 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser protocoladas no setor próprio da AMAE-CM, situado na Rua Santo Antônio, nº 49 – Centro – Cachoeiras de Macacu/RJ

16.6 Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

16.6.1 O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
 - b) o interesse público;
 - c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.
- E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.



Cachoeiras de Macacu/RJ, XX de XXXXX de 2026.

FÁBIO MARINELLI PONTES

Presidente da AMAE-CM

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

EMPRESA CONTRATADA

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Endereço:

Endereço:

RG:

RG:

CPF :

CPF